

ENSAIO DE INTRODUÇÃO À FILOSOFIA DA HISTÓRIA

INTRODUCTORY ESSAY TO THE PHILOSOPHY OF HISTORY

José Nicolao Julião*

RESUMO – Nosso objetivo é o de fazer uma análise da natureza da Filosofia da História tendo em conta um período abrangente do seu desenvolvimento histórico, mas também nos centrando em alguns momentos axiais em que essa disciplina demarcou de maneira mais sistemática seu objeto, seus problemas e suas tarefas. Nesse sentido, o foco do nosso estudo não está na mera apresentação de um panorama geral e exaustivo da Filosofia da História, mas antes, mais modestamente e também mais substancialmente, pretendemos examinar a hipótese segundo a qual o surgimento das Teorias da História características do século XIX não eliminou por completo alguns pressupostos metafísicos que fundamentavam as filosofias da história tradicionais e até, pelo contrário, se nutriu deles para lançar as bases da epistemologia das ciências históricas que possibilitou, então, no século seguinte, o renascimento das Filosofias da História em suas diversas variações.

PALAVRAS-CHAVE – Filosofia da História. Teoria da História. Historicismo.

ABSTRACT – Our objective is to make an analyses about the nature of the Philosophy of History taking in account a great period of its historical development, but also to center the investigation into some axial moments where this disciplines has made a more systematic lecture of its object, his problems and his tasks. In this direction, the focus of our study cannot be put in the mere presentation of a general and exhausting panorama about the Philosophy of History, but also, more modestly and also more substantially, we intend to make an examination of the hypothesis according to which the birth of the characteristic Theories of the History of XIX century did not eradicate completely some Metaphysical foundations of the traditional philosophies of history and even, in a totally different way, was nourished by them in order to create the basis of the epistemology of historical sciences. It made possible, then, in the following century, the renaissance of the Philosophies of History in its diverse variations

KEYWORDS – Philosophy of History. Theory of History. Historicism.

* Professor Associado I da UFRRJ. E-mail: <jnicolao@ufrjr.br>.

A Filosofia da História costuma ser concebida, genericamente, como admitindo três acepções que se distribuem por três grandes períodos da história do pensamento: (1) A Filosofia da História Teológica (ou Providencial), que remonta fundamentalmente a Agostinho e à concepção cristã de tempo; (2) A Filosofia da História Metafísica (ou Especulativa¹), que remonta às concepções de história da humanidade ou de história filosófica mais sistematizadas no século XVIII; (3) A Filosofia Crítica da História (também Epistemologia ou Teoria da História), que remonta às considerações sobre a possibilidade de uma ciência da história próprias ao século XIX. Cada uma dessas concepções se deixa identificar, em certa medida², por referência ao paradigma distinto que assume para a elucidação do que pode ser preliminarmente chamado de “motor” da História, a saber, daquilo que é determinante do processo histórico em seu todo ou, simplesmente, do sentido da história. A Filosofia da História Teológica, que pode também ser considerada como a “pré-história” da Filosofia da História genuinamente filosófica, ampara-se em uma visão providencialista, segundo a qual, o curso da humanidade é explicado como a realização dos designios de uma autoridade externa ou como uma marcha para o reino divino transcendente ao tempo onde transcorre a vida humana. A Filosofia da História Metafísica, consiste, então, em uma reflexão propriamente filosófica, que tem como parâmetro de elucidação do motor da História, a vontade, a razão e a liberdade tomadas enquanto categorias (transcendentalmente) constituintes ou (ontologicamente) determinantes do processo histórico. Por fim, a Filosofia Crítica da História compromete-se com uma análise epistemológica acerca das condições de um conhecimento científico da história, que, a despeito de seu caráter preponderantemente analítico, pretende poder ainda amparar as concepções segundo as quais o princípio básico do desenvolvimento histórico consistiria de certos fatores fundamentalmente materiais e antropológicos, tais como: as relações políticas, sociais e econômicas, os fatores geográficos, as raças e, também, certos aspectos psicológicos.

¹ O uso do termo “especulativo” poderia levantar a suspeita de não ser muito adequado a Kant, pois na *Crítica da Razão Pura*, B/66 esse filósofo pondera que a “razão especulativa”, aquela de Leibniz ou Wolf, deve ser submetida à crítica, devido a ela não se referir a nenhum objeto senão segundo conceitos, ou seja, devido a ela estar para além da possibilidade do conhecimento que, segundo Kant, constitui-se dentro dos limites da determinação dos dados experiência. Portanto, quando usamos o termo especulativo em nosso texto, principalmente nos referindo a Kant, isso deve ser entendido em um sentido muito lato que nos cabe justamente ainda tornar claro e que, preliminarmente, pode aqui ser tomado como sinônimo de “não-empírico” ou “teórico”.

² Essa formulação mais cautelosa visa simplesmente deixar ainda em aberto a posição exata a ser atribuída à filosofia crítica da história em relação ao problema tradicional do sentido da história.

Admitindo preliminarmente esse enquadramento, pretendemos examinar o critério de demarcação para o aparecimento da Filosofia da História propriamente dita, na época moderna, no séc. XVIII³, com o surgimento de uma reflexão metafísica sobre a história. Sobretudo, porém, pretendemos examinar se o período metafísico –contrariando certas interpretações já consagradas⁴– estabeleceria uma relação de ruptura para com a análise teológica tradicional que seria mais significativa do que aquela que a pretensa reflexão científica do século XIX e do século XX estabelecerá para com o período especulativo, visto que, no primeiro caso, haveria uma efetiva mudança de paradigma, enquanto no segundo caso haveria mais propriamente um desdobramento de possibilidades que teriam sido abertas justamente com a virada especulativa da filosofia da história.

É fato que, no final do séc. XVIII, não é mais aceitável fundamentar o motor da História a partir de uma autoridade externa, ou seja, a providência divina, paradigma que se tornou totalmente, ou quase que totalmente⁵, ultrapassado pela reflexão especulativa moderna, visto já não se aceitar mais que a história seja, por assim dizer, movida por razões extrínsecas; antes, ela vem a ser concebida como sendo produzida a partir de si, por razões imanentes, enquanto uma ordem da realidade provida com seu sentido próprio. A pretensão crítica de analiticidade própria à Teoria ou Filosofia da História Epistemológica, por sua vez, não teria sido capaz de promover uma ruptura tão radical que tornasse obsoleta a reflexão especulativa -por mais que seus representantes assim o quisessem - porquanto deveria persistir nela a questão da validade das ciências históricas que não permitiria seu afastamento dos elementos da fundamentação transcendental ou ontológica oriundos da filosofia da história especulativa que ela pretendia poder simplesmente substituir.

Nesse sentido, estamos mais preocupados em delimitar um fator comum que aproxime autores tão diversos quanto Ranke, Droysen, Dilthey, Wildelband e Rickert que, enquanto representantes da Escola

³ O século XVIII é considerado, geralmente, como um século a-histórico em contraposição ao século XIX, esse sim considerado o “século da história” por excelência.

⁴ Por ex: para KOSELLECK, R. (*Le futur passé – contribution à la sémantique des temps historique*. Trad. Jochen e Marie-Claire Hoock. Paris: Ed. E.H.E.S.S., 1990) e POMIAN, K. (*L'ordre du temps*. Ed. Gallimard, Paris, 1984) a historiografia contemporânea (considerada por mim uma variante da Filosofia da História Epistemológica) rompe com a filosofia especulativa e se associa com as ciências sociais, opondo a previsão condicional de um futuro indeterminado à esperança incondicional em um fim determinado. Cf. Também SCHNÄDELBACH, H. – *Filosofia en Alemania (1831-1933)*. Trad. Pepa Linares. Madrid: Ediciones Cátedras, 1991.

⁵ Por mais que apareçam, por assim dizer, “sombras da Providência” em autores como Kant e Hegel, essa noção não é mais princípio determinante em suas filosofias da história.

Histórica, da Hermenêutica e do Neokantismo, tiveram papel central na discussão em Teoria ou Epistemologia da História que ocupou o universo intelectual e acadêmico da Alemanha entre aproximadamente 1830 e 1935. A hipótese interpretativa que cabe examinar é a seguinte: apesar da forte crítica que dirigem à Filosofia da História Metafísica, a qual pretendem abalar profundamente em sua estrutura fundante, tornando-a obsoleta e supérflua, esses autores não conseguem se desvencilhar, totalmente, daquilo que criticam. Em outras palavras, a base ontológica ou transcendental, isto é, especulativa, que tanto criticam, ainda se denuncia em suas teorias, mesmo que sob a forma de pressupostos não declarados. Por isso, pode-se conjecturar que a ruptura estabelecida pela Filosofia da História Metafísica com a Filosofia da História Teológica é mais drástica, pois apenas porque a história passa a ser concebida como realidade autônoma produzida a partir de si mesma e não mais a partir de uma determinação extrínseca, pôde então ter lugar uma Filosofia Crítica da História que indaga pelas condições de possibilidade do conhecimento objetivo das propriedades e relações básicas justamente da história enquanto essa ordem própria da realidade, enfim, que analisa as condições de possibilidade das ciências históricas agora reconhecidas, então, como tendo por objeto essa nova ordem histórica autônoma da realidade na qual os próprios cientistas e as ciências estão situados enquanto entes históricos. Essa hipótese contraria em certa medida interpretações já consagradas de autores tais como Koselleck, Pomian e Schnädelbach, que vêem mais descontinuidade do que é requerido na transição da filosofia especulativa da história para a epistemologia ou teoria da história, a ponto de quererem ver nesta última uma teorização não mais filosófica, e mesmo quase antifilosófica, sobre a história.

Para Schnädelbach, por exemplo,

A consciência do século XIX conseguiu emancipar-se do idealismo, apelando para os conceitos de ciência e História. Para isso, foi imprescindível mudar o significado de ambos conceitos, que adquiriram um sentido oposto ao que tinham, por exemplo, em Hegel. Tal mudança poderia se expressar através deste lema: 'ciência no lugar de sistema filosófico' e 'ciência histórica no lugar de filosofia da história'.⁶

Koselleck e Pomian, por sua vez, pretenderam mostrar, que o desenvolvimento dessas ciências contribuíram para uma mudança epistemológica radical na teoria da história, que passa a recusar a influência filosófica sobre elas. Koselleck reconhece os ganhos “epistemológicos” da atuação da filosofia sobre a história, que antes estava determinada pela teologia; com efeito, para ele, sob a influência da filosofia, a história

⁶ SCHNÄDELBACH (1991, p. 47).

ganha sim o sentido de *Geschichte*, isto é, forma-se “uma concepção que reenvia uma à outra a experiência dos eventos e o conhecimento deles”.⁷ Porém, apesar do reconhecimento do surgimento, propriamente dito, da história (*Geschichte*) através do trabalho especulativo da filosofia, Kosellek argumenta que, enquanto aquela esteve sob a influência dessa, a direção da história já seria conhecida *a priori* e tratava-se somente de produzirem-se os eventos que a realizariam, de maneira que o conceito de história estaria então completamente dominado pelos conceitos de sujeito e de consciência, paradigmáticos da metafísica moderna. Esta concepção filosófica da história teria levado, segundo ele, à produção acelerada de eventos que se acreditava controlar, pois se supunha que o seu sentido era conhecido. Tal concepção subordinara o passado e o presente à teleologia e é exatamente contra tal concepção filosófica do tempo histórico - supostamente derivada, necessariamente, da filosofia especulativa - que as ciências humanas teriam se insurgido. Supostamente teria cabido às ciências humanas descobrirem que o homem não é só sujeito, mas também resultado, ou seja, objeto na história. Segundo Kosellek, o objetivo dessas ciências seria ainda, de certa forma, restituir ao homem a sua condição de sujeito, mas sem eliminar seu caráter de objeto ou produto histórico, de maneira que essas ciências não se afastariam, assim, completamente da filosofia. Embora reconhecendo isso, ele insiste sobre a diferença que opõe o conhecimento científico das ciências humanas ao conhecimento reflexivo da filosofia como decisivo para uma nova compreensão da história. Se o tempo histórico, sob a perspectiva da filosofia, foi compreendido e experimentado como uma aceleração otimista e revolucionária da história; o tempo histórico, sob a perspectiva das ciências humanas, foi compreendido como uma desaceleração completamente cautelosa. Para Kosellek, a história filosófica visara constituir uma simultaneidade avançada, isto é, ela quis tornar o presente solidário com o futuro e contra o passado. As ciências humanas pretenderam resgatar o passado contra o futuro, constituindo uma simultaneidade atrasada, isto é, uma solidariedade entre o presente e o passado⁸.

De fato, é comum dizer, a respeito do século XIX, que se trata de um século histórico ou do “século da história” e que o fato epistemológico mais importante foi o avanço das ciências históricas em detrimento das filosofias da história. Enfatiza-se, em geral, que não se acreditava mais nas doutrinas do Idealismo Alemão e em seu conceito central de Espírito, que a filosofia tradicional da história encontrara seu fim no sistema

⁷ KOSELLECK (1990, p. 46).

⁸ Cf. Idem, p. 307 e ss.

hegeliano, de maneira que a filosofia moderna ou crítica da história começaria, então, com a rejeição do hegelianismo. Com essa assertiva se pretende poder dar conta tanto da posição dos teóricos da história, como Ranke e Droysen, quanto dos epistemólogos da história, como Dilthey, Wildelband e Rickert. Contudo, apesar do arguto argumento de Koselleck de que há uma mudança mais radical na teoria da história, no século XIX e XX, do que a ocorrida na transição do século XVIII para o XIX, cabe dizer, em nosso favor e em oposição à hipótese dele, que sua interpretação geral, por mais interessante, não se coaduna com as posições dos autores representativos da teoria ou epistemologia da história que ele deve tomar por base em suas considerações, e isso, como já indicamos, porque esses autores nunca se desvencilharam - e, como tentaremos mostrar, nem mesmo o poderiam - da filosofia especulativa moderna. Ranke, Droysen, Dilthey, Wildelband e Rickert ainda preservam em suas teorias uma forte herança da história filosófica (seja de matriz hegeliana ou kantiana), pois se, de fato, há, por um lado, mudança de método na forma de se fazer história e, por conseguinte, nas elucidações do seu caráter epistêmico, não há, de fato, por outro lado, uma mudança na forma de fundamentação dos estudos históricos que continua sendo de caráter transcendental ou ontológico. Passemos a algumas poucas indicações disso.

Ranke (1795-1886), que geralmente é considerado o fundador da Ciência Histórica, impôs um paradigma para a história que merecidamente pode ser chamado de “paradigma rankeano”. Ele prescrevia apresentar os fatos tais como eles se deram efetivamente (*wie es geworden war*)⁹, ou seja, uma exposição neutra dos fatos tal como se passaram. Segundo Peter Burke, as características principais desse paradigma são: 1. a história diz respeito essencialmente à política; 2. é essencialmente uma narrativa de acontecimentos; 3. “visão de cima”, no sentido de estar concentrada nos feitos dos grandes homens; 4. baseada em documentos; 5. deveria perguntar mais pelas motivações individuais do que pelos movimentos coletivos, tendências e acontecimentos; 6. a história é objetiva, entendendo-se por isso a consideração do transcurso de eventos como algo externo ao historiador, suscetível de ser conhecido como objeto que se põe diante do microscópio, almejando uma neutralidade¹⁰. Essa forma positivista de se fazer história – tal como se fazia ciência da natureza –, teve, em geral, expressiva aceitação no meio acadêmico e

⁹ Cf. RANKE, L. – *The varieties of history*. Edited, Selected and Introduced by Fritz Stern, New York, Vintage Books, 1973.

¹⁰ Cf. BURKE, P. *A Escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Ed. Da UNESP, 1992.

cultural germânico¹¹, no seio do movimento que se convencionou chamar de “Escola Histórica”. Ranke, Droysen, Humboldt, Niebuhr e outros foram seus adeptos. Porém, com o acúmulo de enormes quantidades de fatos que muitas vezes não eram interpretados, a história positivista ficou de certo modo limitada por seu próprio método. Além do fracasso do método - posteriormente ao seu enorme sucesso na época - pode-se observar como certos adeptos desse movimento não se desvencilharam nem dos princípios e nem dos jargões hegelianos ou kantiano. Droysen é quanto a isso um bom exemplo.

Droysen fez fortes críticas à filosofia da história, sobretudo à de Hegel, e o que ele, geralmente, critica nela é: a ideia de que a razão conduz a história universal (*die Weltgeschichte*); que a sua filosofia histórica é uma teodiceia; bem como a ideia de finalidade última da história. Em seu assistemático e quase ininteligível *Esboço Histórico (Grundriss der Historik, 1858)*, Droysen empreendeu o primeiro intento real de refletir sobre o método histórico. Sua História (*Historik*) não se refere só ao método, é uma epistemologia da ciência histórica construída com material filosófico. Afirma ele contra Hegel:

*A Historik não é uma enciclopédia das ciências históricas, nem uma filosofia (ou teologia) da história, tão pouco é uma física do mundo histórico e muito menos uma poética da historiografia, pelo contrário, deve aspirar a converter-se no cânon do pensamento histórico e da indagação.*¹²

Este cânon funcionaria como uma “teoria científica da história que inclui a metodologia da indagação histórica, a sistematização do material histórico investigável e a tópica das exposições do que já foi historicamente investigado”.¹³ A máxima fundamental de sua metodologia é que: “a essência de um método é compreender indagando” (Idem., p. 328). Com essas características metodológicas, Droysen acaba por aproximar o seu positivismo, herdado da Escola Histórica de viés cientificista, da hermenêutica de Schleiermacher (1768-1834), integrando-a, dessa forma, ao movimento histórico de viés romântico, que tanta influência terá sobre as gerações posteriores. Todavia, apesar de todos os seus esforços, epistemológicos e hermenêuticos, não consegue se desvencilhar da filosofia especulativa da história que pretendia combater. Por um lado, aproxima-se de Kant, quando afirma que: “Natureza e história são

¹¹ Schnädelbach chama atenção para a importância que a Ciência Histórica atingiu na época de Ranke, a ponto de ele ter sido chamado à Baviera, pelo rei Maximiliano II, para lhe dar aulas privadas sobre os momentos recentes da história, com a intenção de extrair proveitos político. (SCHNÄDELBACH, 1991, p. 48, cf. nota 1).

¹² DROYSEN, J.G. – Grundriss der Historik. Verl. R. Hübner. Darmstadt, 1974 (p. 331).

¹³ Idem, ibid.

conceitos mais amplos, sob os quais o espírito humano concebe o mundo dos fenômenos”.¹⁴ Dessa forma, a história não pertence ao campo do ser, mas é uma categoria. Por outro lado, aproxima-se de Hegel, quando afirma que:

A história é o meio pelo qual a humanidade desenvolve e toma consciência de si mesma. As distintas épocas históricas equivalem a outros tantos estados de autocompreensão e de compreensão do mundo e de Deus... É a noção de si mesma da humanidade, seu autoconhecimento.¹⁵

A história assim concebida é o que faz com que o homem seja homem, ou seja, a sua essência “...o homem não responde ao conceito de gênero [humano], mas ao de história”.¹⁶ A conseqüência deste duplo sentido de história em Droysen – por um lado, categoria e, por outro, condição essencial para o conhecimento do próprio sujeito – é a sua maneira de entrelaçar, por um lado, a filosofia transcendental e, por outro, a ontologia, sem com isso se desvencilhar por completo da filosofia especulativa que tanto combatia.

A filosofia resgatou para si a competência para a tratar das questões epistemológicas e metodológicas da história quando se colocou o debate acerca da validade científica da história, que foi formulado expressamente apenas a partir da segunda metade do século XIX. Colocou-se então uma questão crítica – de viés eminentemente kantiano - sobre a história, ou seja: qual as condições de possibilidade do conhecimento histórico? Isso é: o que fundamenta a validade objetiva dos juízos históricos? A filosofia crítica da história coloca, então, para a história as questões formuladas por Kant com respeito à física newtoniana, visando à descoberta do caráter específico do conhecimento histórico, negando assim o projeto francês de Comte – que parece ter impulsionado os primeiros representantes do Historicismo alemão –, que pretendia aproximar as ciências humanas do pretensão modelo único e definitivo de ciência, o da física. O projeto desta filosofia crítica da história é de dar continuidade à obra kantiana que, por assim dizer, deixara de lado as ciências humanas em sua análise das condições de possibilidade do conhecimento enquanto tal. Estas esperavam ainda o seu Kant - e apareceram vários candidatos à posição. Emerge assim um grupo de pensadores heterogêneos, mas que refletiram sobre a mesma questão: o problema da originalidade do conhecimento nas ciências humanas. Mantiveram uma luta em duas frentes: contra o sistema filosófico hegeliano e contra a pretensão de validade universal postulada pela metodologia das ciências naturais. O resultado foi uma

¹⁴ Idem, p. 323.

¹⁵ Idem, p. 357.

¹⁶ Idem, *ibid.*

reflexão vigorosa sobre as ciências humanas, que obteve uma importante repercussão e que se mostra relevante até hoje.

Dilthey (1833-1911), especificamente em sua obra *Introdução às Ciências do Espírito* (1883), propôs uma psicologia analítica e descritiva como disciplina competente para fundamentar essa possibilidade de ter acesso objetivo ao passado¹⁷; em contraste com as ciências naturais que operam de maneira indutiva e hipotética para aceder às leis gerais da natureza, o historiador recorrerá à revivência e à empatia para descortinar os sentidos das ações dos agentes históricos. Por esse motivo, costuma-se dizer que, por fundamentação filosófica ou crítica da razão histórica, Dilthey compreendeu uma variante psicologista do programa kantiano, vale dizer, uma demarcação do âmbito de validade do conhecimento histórico através da análise dos fatos da consciência¹⁸. esse é um ponto que deve ser tratado com mais cuidado em outra ocasião. Mesmo quando Dilthey evolui para uma posição estritamente hermenêutica¹⁹, costuma-se ver nisso, sobretudo uma revalorização de noções hegelianas tais como a de espírito, de manifestação, positividade, autoconsciência, dentre outras. Sem negar todo o mérito dessa interpretação corrente, Dilthey, através de Hegel, contribui para a concepção de uma ontologia da história de outro caráter que aquela eminentemente especulativa dominante no Idealismo Alemão.

Mais precisamente, o que queremos focar é que, se analisarmos algumas passagens centrais da obra de Dilthey, não temos dificuldade de ver que esse filho legítimo da Escola histórica nunca deixou, contudo, de conceder um lugar central à categoria de natureza humana na fundamentação das “ciências do espírito”, que, a seu ver, não poderiam eximir-se de serem históricas, mas que também não poderiam deixar de ter seu ponto de partida na adequada apreensão da constituição própria da vida humana como tal. Em termos sumários, podemos dizer que o exame de Dilthey do conceito e da operação de compreensão

¹⁷ Dilthey reconheceu os méritos de Droysen, por ter introduzido a hermenêutica na teoria das ciências do espírito, porém, criticou duramente a Escola Histórica, como um todo, devido à falta de fundamentação filosófica - pelo menos não-declarada, porquanto, como já indicamos, podemos ver uma base oculta, e apenas não-elaborada, da filosofia especulativa também nessas teorias. Resgatar uma fundamentação filosófica nos parece ser o grande mérito de Dilthey, pois a Escola Histórica, apesar de não conseguir se desprender totalmente do jugo da filosofia, criticava o seu uso para fundamentar rigorosamente algum conhecimento, e o rigor científico se identificava, de certo modo, com um afastamento da filosofia. Por isso, quando Dilthey propõe uma fundamentação filosófica do histórico, ele reconhece aquilo que também estamos a valorizar aqui.

¹⁸ Cf. DILTHEY, W. *Einleitung in die Geisteswissenschaften*, Gesammelte Schriften. Stuttgart/Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1959, p. 16.

¹⁹ *Der Aufbau der geschichtlichen Welt in den Geisteswissenschaften*. Frankfurt: Ed. Manfred Riedel, 1970, p. 135.

histórica o solicita a negar que ela possa consistir sem mais na apreensão de singularidades *simpliciter*, porquanto a possibilidade mesma de compreender existências históricas singulares pressuporia apreendê-las não simplesmente enquanto singularidades, mas antes enquanto *individações de uma natureza humana universal*²⁰. Será essa noção de individuação que constituirá o termo médio da relação entre natureza humana e historicidade na justificação da possibilidade da *efetiva compreensão* de existentes históricos alheios em sua *efetiva diferença*. Nesse sentido, o que empreendemos é, fundamentalmente, uma exposição e uma tentativa de esclarecimento da seguinte formulação exemplar do próprio Dilthey: “As grandes relações que possibilitam um conhecimento do mundo histórico residem na referência do comum senso vital humano (*die gemeinsame menschliche Lebendigkeit*) à individuação e na referência da individuação à historicidade”.²¹ Queremos ainda, apresentar e, em certa medida, avaliar a concepção de Dilthey segundo a qual tanto as *totalidades socioculturais concretas*, que transcendem os indivíduos e possibilitam as individuações particulares (“o espírito objetivo”), como também os *ideais de bem*, que conformam as identidades pessoais e que predispõem, em princípio, os propósitos subjetivos individuais (“o senso vital intrínseco”), constituem o objeto e o objetivo da compreensão *propriamente histórica*, vale dizer, da ciência hermenêutica de *significações epocais* que não só não pode ser confundida com (ou subordinada a) quaisquer ciências empíricas das ações, como também deve valer como responsável por estabelecer o *enquadramento ou limite unicamente dentro do qual podem ser pertinentes e relevantes as inferências hipotéticas* próprias à análise histórica dos motivos das ações. Com efeito, Dilthey parece ter entendido que a análise racional ou motivacional de ações *por si própria* estaria fadada a adotar procedimentos regressivos meramente hipotéticos que, a partir dos comportamentos observáveis, inferem problematicamente possíveis estados mentais antecedentes como fatores desencadeadores desses comportamentos. Isso, porém, não deve ser entendido como se Dilthey renegasse sem mais a base empírica da análise motivacional de

²⁰ Faltaria examinar com mais detalhes a relação desse aspecto da concepção de Dilthey para com o projeto de Stuart Mill de uma “Etologia” enquanto ciência da formação de caracteres humanos específicos sob condições ambientes determinadas (cf. o capítulo V de seu *A Lógica das Ciências Morais* (1843), Editora Iluminuras, 1999). Por essa via acabaríamos talvez descobrindo uma estreita relação dessa ideia geral de Dilthey para com as concepções daquele que é visto como um autêntico representante do naturalismo a-histórico do Esclarecimento do século XVIII, nomeadamente, David Hume (cf. o “Dialogue” anexo de seu *An Enquiry Concerning the Principles of Morals* (1751), Clarendon Press, 1963).

²¹ “Über vergleichende Psychologie. Beiträge zum Studium der Individualität”. In: *Gesammelte Schriften*. v. 5. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1974,; p. 266.

ações, mas antes o que se pretende indicar é que tal recurso se mostrará para ele como dependente de pré-condições unicamente segundo as quais a análise motivacional poderia ter aplicação pertinente e relevante em uma ciência histórica; essa pré-condição consistirá precisamente na compreensão daquele sistema de ideais, de valores, de fins, bem como de interdições e normas que constitui o contexto sociocultural, em suma, na compreensão da significação epocal unicamente sob o pano de fundo da qual se pode não só fazer atribuições de estados intencionais pertinentes, mas também identificar os motivos supra-individuais e infra-intencionais relevantes que tornam inteligíveis em última instância os cursos de ações observados, como também toda e qualquer manifestação humana nesse contexto. Assim, nas ciências do espírito, a compreensão, *em sentido impróprio*, de ações seria sistematicamente dependente da compreensão, *em sentido próprio*, da significação da totalidade espiritual expressiva onde tais ações estão integradas. As noções básicas do hegelianismo, agora revistas à luz das características epistêmicas da produção de um conhecimento empírico, pretendem poder estabelecer as bases de uma interpretação ontológica da história.

Por sua vez, a Escola Neokatiana de Baden, através de seus dois mais ilustres representantes, Windelband (1848-1915) e Rickert (1863-1936), em socorro aos problemas levantados por Dilthey, pretendeu estabelecer as bases do conhecimento histórico por meio de uma filosofia estritamente transcendental. Windelband e Rickert participaram desse debate contribuindo mais diretamente para a delimitação dos domínios das ciências históricas frente às ciências naturais. Nesse sentido, eles se tornaram mais célebres por terem forjado e, sobretudo Rickert, elaborado logicamente os conceitos de ciências nomotéticas ou generalizantes, que seriam aquelas cognitivamente interessadas na formação de conceitos e de leis gerais dos fenômenos tomados como equivalentes entre si enquanto meros casos particulares de classes cada mais vez mais genéricas, e as idiográficas ou individualizantes, que seriam aquelas cognitivamente interessadas na formação de conceitos determinantes dos fenômenos em sua unicidade e singularidade enquanto individualidade históricas valiosas e significativas²².

Em seu discurso de reitorado na Universidade de Strasburgo, em 1894, intitulado: *História e Ciência da Natureza*, Windelband empreendeu uma severa crítica das noções de natureza e de espírito e, por conseguinte,

²² Outras tentativas de classificação das ciências e, especificamente, de demarcação do caráter próprio das ciências históricas ainda vieram a compor o debate sobre a historiografia na Alemanha desse período, envolvendo Simmel, Troeltsch, Mannheim, Meinecke e, com mais consequência para além do âmbito estritamente filosófico, Max Weber.

rechaçou a demarcação das ciências em termos de “Ciências da Natureza” e “Ciências do Espírito”. O surgimento da psicologia moderna teria tornado evidente a fragilidade de tal demarcação, uma vez que, segundo tais critérios, a psicologia portaria qualidades tanto de ciência natural quanto de ciência espiritual, o que demonstrava que os princípios meramente materiais de classificação, vale dizer, em termos dos objetos de estudo, não precisariam coincidir com a classificação formal das ciências, vale dizer, em termos dos seus modos de conhecimento. Como alternativa Windelband introduziu um critério de demarcação puramente metodológico das ciências empíricas, o qual pretendia basear-se em conceitos lógicos concernentes ao modo de formação do conhecimento e às metas cognitivas assumidas. Segundo ele:

Alguns buscam leis gerais, outros fatos históricos particulares. Em linguagem lógica, a meta de uns é o juízo apodítico geral e a de outros a proposição assertiva singular. (...) Poderíamos descrevê-lo assim: as ciências empíricas buscam, em sua persecução do conhecimento da realidade, tanto o geral sob a forma de leis naturais, como o particular sob o modo do historicamente determinado; estudam, por um lado, a forma permanente e idêntica e, por outro lado, o conteúdo único e completamente acabado dos fatos reais. Uma ciência diz respeito às leis, a outra aos acontecimentos; uma ensina o que sempre é, a outra o que foi uma vez. O pensamento científico - se me permitam conceito novos e artificiosos - é, em um caso, *nomotético* e, em outro, *idiográfico*.²³

A oposição nomotético e idiográfico foi assumida em outros campos, em particular entre os teóricos das ciências históricas que se mantiveram partidários do neokantismo desde o início, posto que as teses de Windelband pareciam proporcionar um instrumento rigoroso na lógica do conhecimento para evitar radicalmente o historicismo. Todavia, Windelband só pretendia propor uma tipologia mínima dos procedimentos científicos, impossível de ser aplicada *per se* para diferenciar umas disciplinas das outras. Ainda que o conhecimento histórico seja idiográfico, os elementos nomotéticos são compatíveis com a ciência histórica e, inversamente, também é possível conceber aspectos idiográficos nas ciências naturais.

Heinrich Rickert desenvolveu sistematicamente essas sugestões de Windelband, em suas obras *Os Limites da Formação do Conceito nas Ciências Naturais* (1896-1901) e *Ciência da Cultura e Ciência da Natureza* (1899). Para ele, o modo de conhecer o dado não depende do objeto em si, mas antes da referência a valores que nós sustentamos frente ao objeto. Quando guiados pelo interesse na individualidade histórica do objeto,

²³ WINDELBAND, W. - *Geschichte und Naturwissenschaft. In Präludien*. Tübingen, 1924, v. I/II, p. 144.

quer dizer, quando nos aproximamos “idiograficamente” do objeto, precisamos fazer referência ao que torna esse objeto uma singularidade sem equivalente, vale dizer, precisamos fazer referência ao que o torna valioso em sua própria individualidade sem igual. Rickert concebe, assim, uma teoria da constituição, por referência a valores, dos objetos individuais enquanto singularidades únicas reconhecidas em geral enquanto sendo significativa, nomeadamente, uma teoria da constituição dos bens culturais que formariam a matéria das ciências históricas da cultura. O mundo, visto como totalidade dos objetos referidos a valores individualizadores, não é outra coisa que cultura, analogamente a como o mundo nos quais os objetos estão referidos a leis gerais que os subsumem sob classes, é natureza. Rickert, assim como Windelband, recusa à expressão *Geisteswissenschaften*, devido às conotações metafísicas e psicológicas inerentes ao conceito de espírito, mas expõe adicionalmente uma filosofia da cultura, na qual a filosofia da história é apenas uma parte de uma teoria geral dos valores de caráter transcendental²⁴. Uma filosofia transcendental, tal como fundada por Kant, compromete-se com a dedução das condições de possibilidade pressupostas pelos objetos da experiência ou, em outras palavras, pressupostas pelo conhecimento de objetos²⁵.

Como guisa de conclusão, podemos inferir que, apesar de um afastamento mais radical de Hegel do que qualquer outro até então pretendido, a Escola de Baden não consegue também se desvencilhar do pensamento especulativo moderno, na medida em que recorre a Kant para combater Hegel, utilizando-se da filosofia transcendental como fundamento filosófico para a história. Na verdade, uma tal conclusão se aplicaria, como temos argumentado, a todo o movimento característico do século XIX de teorização sobre a história em um viés eminentemente historicista.

Referências

DOCEKAL, Hrgs. *Der Sinn des Historischen Geschichtsphilosophische Debatten*. Herausgegeben Von Herta Nagl-Docekal. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 1996.

AGOSTINHO, Sto. *A Cidade de Deus*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989.

²⁴ Cf. a interpretação de ARON, R. *La philosophie critique de l'histoire – Essai sur une théorie allemande de l'histoire*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1969, p. 113-155.

²⁵ Ainda que um tal tipo de procedimento *a priori* tenha sido suspeito de metafísico por outras escolas neokantianas; temos em mente aqui, sobretudo, a Escola de Marburgo, mais especificamente Hermann Cohen, que com seu *O Princípio do Método Infinitesimal e sua História* (1883), foi o primeiro a querer limitar a teoria do conhecimento à lógica do conhecimento, por razões antipsicologistas. Cf. *Das Prinzip der Infinitesimalmethode und seine Geschichte*. Frankfurt: Verl. W. Flach, 1968, p. 47 ss.

- ANDERSON, Perry. *O Fim da História – De Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
- ARENDDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- _____. *A Vida do Espírito*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.
- ARON, R.- *Introduction à la Philosophie de l'Histoire*. Ed. Gallimard. Paris, 1948.
- _____. *La Philosophie Critique de l'Histoire: Essai sur une théorie allemande de l'histoire* Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1969.
- BOSSUET. *Discours sur L'Histoire Universalle*. Paris: Garnier-Flammarion, 1966.
- CONDORCET. *Esquisse d'um Tableau Historique des Progrès de L'Esprit Humain*. Paris: Garnier-Flammarion, 1988.
- BERLIN, Isaiah. *Vico e Herder*. Brasília: Editora UNB, 1982.
- BURCKARDT, J. *Reflexiones sobre la Historia Universal*. Trad. Espanhola. México: Ed. Fondo de Cultura Econômica, 1993.
- BURKE, Peter. *Vico*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- _____. *A Escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Ed. Da UNESP, 1992.
- CHATELET, F. *La Naissance de l'Histoire*. Paris: Lês Éditions de Minuit, 1962.
- COLLINGWOOD, R.G. *The Idea of History*. Nova York: Oxford University Press, 1946.
- COHEN, H. *Das Prinzip der Infinitesimalmethode und seine Geschichte*. Frankfurt: Verl. W. Flach, 1968.
- DILTHEY, W. *Der Aufbau de geschichtlichen Welt in den Geisteswissenschaften*. Ed. Manfred Riedel, Frankfurt, 1970.
- _____. *Einleitung in die Geisteswissenschaften, Gesammelte Schriften*. B. I, Stuttgart/Göttingen, 1959.
- _____. “Das achtzehnte Jahrhundert und die geschichtliche Welt”. *Rev. Deutsche Rundschau*, ago./set. 1901.
- DROYSEN, J.G. *Grundriss der Historik*. Verl. R. Hübner. Darmstadt, 1974.
- FOUCAULT, M. *Les Mots et les Choses – Une Archeologie des Sciences Humaines*. Paris: Éditions Gallimard, 1966.
- _____. *Microfísica do Poder*. Trad. Bras. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1982.
- FUKUYAMA, Francis. *O Fim da História – O Ultimo Homem*. Rio e Janeiro: Ed. Rocco, RJ.1994.
- GADAMER, H-G. *O Problema da Consciência Histórica*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Gétulio Vargas, 1998.
- GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gubenkian, 1984.
- HEGEL, G.W.F.- *Werke in 20 Bänden*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp Verlag, 1970.
- _____. *Lições de Filosofia da História*. Brasília: Ed. UNB, 1999.
- HEIDEGGER, M. *Ser e Tempo*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1987.
- _____. *O Niilismo Europeu*. Trad. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

HEMPEL, C.G. “The Function of Gernal Laws in History”. In: *Aspects, of Scientific Explation and Other Essays in the Philosophy of Science*. New York: Free Press, 1965, p. 231-243.

HERDER, J.G. *Philosofical writings*. Tradução de M.N. Forster. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

KANT, E. *Wercke in Zehn Bänden*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1983.

_____. *A Ideia de uma História do Ponto de Vista Cosmopolita*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2002.

KOSELLECK, R. *Le Futur Passé – Contribution à la semantique des temps historique*. Trad. Francesa. Paris: Ed. EHE.S.S., 1990.

LÖWITH, K. *El Sentido de la Historia*. Trad. Espanhola. Madrid: Ed. Aguilar, 1958.

MEINECKE, Friedrich. *El Historicismo y su Génesis*. Trad. Española. México: Fondo de Cultura Económica, 1943.

MEYRHOF, Hans. *The Philosophy of History in our Time*. Garden City: Doubleday & Company, 1959.

NIETZSCHE, F.- *Kritische Studienausgabe* – Herausgegeben von G. Colli und M. Montinari: Berlin/NY: dtv/de Gruyter, 1988.

_____. *Fatum und Geschichte*. München: KSA, DTV, 1985.

_____. *Considerações Intempestivas*. Trad. Pot. Lisboa: Editorial Presença, 1976.

_____. *Genealogia da Moral*. Trad. Paulo Cesar de Souza. 2ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

POMIAN, K. *L'Ordre du Temps*. Ed. Gallimard. Paris, 1984.

RANKE, Leopold von. *Über die Epochen der Weltgeschichte: Vorträge dem Könige Maximilian II von Bayern gehalten [1854]*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1959.

RICKERT, H. *Die Grenzen der Naturwissenschaftlichen Begriffsbildung. Eine logische Einleitung die historischen Wissenschaften*. 5ª ed. Tübingen: J.C.B. Mohr, 1929.

_____. *Kulturwisseschat und Naturwisseschat*. 7ª ed. Tübingen: J.C.B. Mohr, 1926.

_____. “Die Probleme der Geschichtsphilosophie”. In: *Die Philosophie im 20. Jahrh.* Festschrift für Kuno Fischer, 1900. Heidelberg, 1924.

RICOEUR, Paul. *La Mémoire, L'Histoire, L'Oubli*. Paris: Edition du Seuil, 2000.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica*. Trad. Bras. Brasília: Editora UNB, 2001.

SCHNÄDELBACH, H. *Filosofia en Alemania*. Trad. Esp. Madrid: Ediciones Cátedras, 1991.

SOUZA, M.G. *Ilustração e História no Iluminismo Francês*. São Paulo: Discurso Editorial, 2001.

TROELTSCH, E. *Der Historismus und seine Probleme*. [1ª ed. 1922]. Aalen: Scientia, 1961.

VICO, G. *Ciência Nueva*. Trad. Esp. Madrid, 1941.

VOLTAIRE. *Essais sur les Moeurs*. Paris: Garnier, 1990

WALSH, W.H. *Philosophy of History*. New York: Harper & Row, 1960.

WINDELBAND, W. *Geschichte und Natuarwissenschaft*. Tübingen: Präludien, 1924.

ZINGANO, Marco. *Razão e História em Kant*. São Paulo: Brasiliense, 1989.